



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638385 - SP (2021/0000730-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : VALMIR BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO : VALMIR BARBOSA DA SILVA - SP404254
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO PEREIRA GONCALVES (PRESO)
PACIENTE : EDISON LUIZ TIBURCIO JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO PEREIRA GONÇALVES e EDISON LUIZ TIBURCIO JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2304650-85.2020.8.26.0000).

Os pacientes foram presos preventivamente em 13/12/2020, em razão da suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto os pacientes são primários, de bons antecedentes, possuem residência fixa e trabalho lícito.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE

RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, até porque, da decisão monocrática proferida pelo desembargador relator, durante o plantão do TJSP, extrai-se:

Há prova oral e documental, sendo que o delito imputado aos pacientes teria sido executado em plena via pública, ARRASTÃO NA PRAIA (cofnroe termos nos autos originários).As circunstâncias de primariedades (fls. 28/35 dos autos originários) e declinação de seus endereços, 'per se', diante das circunstâncias, não viabilizariam concessão de liberdades provisórias, até porque denunciados e a exordial (fls. 104/107 dos autos originários) reporta emprego de violência pela comparsaria e uso de arma. Nesses termos, então, não se há falar nos requisitos para outorga da antecipação da tutela, porque plenamente cabível a decretação da prisão preventiva por fato nas condições contadas nos autos originários (...) Necessário, portanto, que o eventual beneficiário da prisão domiciliar demonstre: a) sua inequívoca adequação no chamado grupo de vulneráveis do COVID19;b) a impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) risco real de que o estabelecimento em que se encontra, e que o segrega do convívio social, causa mais risco do que o ambiente em que a sociedade está inserida (RCD no HC 568805, j. 15.4.2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente